

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No final de julho deste ano foi tornada pública a construção de um segundo armazém de resíduos nucleares (armazenamento temporário individualizado, ATI) em Almaraz, que irá receber os resíduos de quatro das sete centrais nucleares a operar no Estado espanhol – Almaraz (I e II), Ascó, Cofrentes e Vandellos II. Segundo as autoridades espanholas, o novo ATI entrará em funcionamento em 2026, dois anos antes do anunciado encerramento da central de Almaraz.

A construção do novo ATI quintuplica a capacidade atual de armazenamento de resíduos radioativos em Almaraz, aumentando os riscos para o território e para a população portuguesa. O local, situado na margem do rio Tejo, dista apenas 110 quilómetros da fronteira nacional. Como tal, importa entender os potenciais impactes do projeto no território português.

Em dezembro de 2016, o governo espanhol tornou pública a autorização para a construção de um ATI para servir a central de Almaraz, o que possibilitava o prolongamento do funcionamento da central. Esta decisão levou o governo português a apresentar uma queixa à Comissão Europeia pelo facto de o Estado espanhol e os proprietários da central (Iberdrola, Endesa e Naturgy) não terem apresentado qualquer avaliação de impacto transfronteiriço do projeto. No mês seguinte, o governo português anunciou a retirada da queixa por considerar que todas as informações tidas como necessárias seriam enviadas pelo Estado espanhol.

Mas, em maio de 2017, um grupo de trabalho constituído pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Direção Geral de Saúde, académicos e outros especialistas para analisar a construção do ATI divulgou partes de um relatório confidencial no qual concluiu que “não há evidência de terem sido analisadas situações de acidente severo devido a causas extremas (...) não está demonstrado que as mesmas não tenham impactes significativos, incluindo em território português.” No mesmo relatório, o grupo de trabalho afirma que “não há evidências que tenham sido analisados os potenciais impactes na segurança e na segurança física” da central “devido a eventuais acidentes decorrentes da fase de construção” do armazém. Apesar destas conclusões, tanto o governo como a APA garantem que a construção do armazém é segura.

Agora, o novo ATI aumenta exponencialmente a capacidade de armazenamento de material radioativo em Almaraz, bem como os riscos para o território português. Mas, à presente data, não são conhecidos quaisquer pareceres do governo português sobre o projeto. Importa por isso saber se o governo português tomou diligências junto do seu congénere espanhol para conhecer os potenciais impactes do projeto no território nacional e, sobretudo, conhecer em detalhe a avaliação do impacto transfronteiriço do projeto, caso esta exista.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e Ação Climática, as seguintes perguntas:

1. Como avalia o governo a construção de um novo armazenamento temporário individualizado (ATI) em Almaraz?
2. A construção do novo ATI implica o prolongamento do funcionamento da central nuclear de Almaraz para lá de 2028?
3. Foram analisados ou determinados os potenciais impactes no território português do novo ATI, isto é, foi realizada e dada a conhecer a avaliação do impacto transfronteiriço do projeto?
 - 3.1 Se sim, porque não deu o governo conhecimento dessa avaliação ao parlamento?
 - 3.2 Se não, por que motivo não foram analisados ou determinados os potenciais impactes do novo ATI no território português?
 - 3.3 Qual a atuação do governo no plano europeu e internacional face ao incumprimento dessa obrigação pela parte espanhola?
4. Foi o governo português notificado pelo seu congénere espanhol sobre a construção de um novo armazém nuclear, com o quíntuplo da capacidade do atual, em Almaraz?
5. Vai o governo tomar diligências junto do seu congénere espanhol para promover o encerramento da central nuclear de Almaraz e impedir a instalação de um mega-armazém de resíduos nucleares no local?
 - 5.1 Se sim, quais e quando?

Palácio de São Bento, 20 de setembro de 2021

Deputado(a)s

FABÍOLA CARDOSO(BE)

JORGE COSTA(BE)

NELSON PERALTA(BE)